

**PORTARIA QUE AUTORIZA O PAGAMENTO DO AUXÍLIO-FARDAMENTO PREVISTO
NA LEI DE REMUNERAÇÃO DOS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL**

Portaria nº 64, de 21 de dezembro de 2012.

Autoriza o pagamento do auxílio-fardamento de que trata o art. 3º, inciso XII, da Lei nº 10.486, de 4 jul. 2002, que dispõe sobre a remuneração dos militares do Distrito Federal e dá outras providências, regulamentado pelo Decreto Distrital nº 23.391, de 26 nov. 2002.

O COMANDANTE-GERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, incisos II, III, VI e XIII, do Decreto Federal nº 7.163, de 29 abr. 2010; combinado com o art. 2º, § 2º, do Decreto Distrital nº 23.391, de 26 nov. 2002, que regulamenta o pagamento do auxílio-fardamento, previsto na Lei 10.486, de julho de 2002, que dispõe sobre a remuneração dos militares do Distrito federal e dá outras providências, e:

Considerando o caráter indenizatório do auxílio-fardamento referido no art. 3º, inciso XII, da Lei nº 10.486, de 4 jul. 2002;

Considerando que o Distrito Federal teve um aumento significativo no volume de ocorrências de incêndios florestais em 2012, e que parte da tropa não recebeu o novo EPI de combate a incêndio florestal, gerando com isso desgaste nos demais uniformes dos bombeiros militares;

Considerando que nos últimos dois exercícios o pagamento do referido auxílio ocorreu em parcela única;

Considerando que o auxílio-fardamento é um direito pecuniário devido ao militar anualmente; Considerando a necessidade de manter o equilíbrio remuneratório entre os militares, bem como o equilíbrio cronológico do direito pecuniário;

Considerando a disponibilidade de recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, consignados no orçamento do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR o pagamento do auxílio-fardamento aos bombeiros militares, previsto no art. 3º, inciso XII, anexo IV, Tabela II, letra “d”, da Lei nº 10.486, de 4 jul. 2002; combinado com o art. 2º, *caput*, e artigo 8 do Decreto nº 23.391, de 26 nov. 2002, em parcela única, no mês de janeiro de 2013, observada a disponibilidade orçamentária e financeira consignada no Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO LOPES DA SILVA – Cel. QOBM/Comb.
Comandante-Geral